



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Este estudo técnico preliminar é composto pela obra de Cercamento de Escolas Municipais, compreendendo os itens: ITEM 01 - CERCAMENTO NA EMEI JOÃO LERNER, ITEM 02 - CERCAMENTO NA EMEF PROFESSORA VALÉRIA MARIA KIRCH, ITEM 03 - QUADRA DE AREIA NA EMEI LARANJINHA, com perímetro total de 362,00m, localizadas no Município de São José do Sul/RS.

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de execução de serviços de cercamento em escolas da rede municipal de ensino, visando garantir maior segurança, organização e controle de acesso aos espaços escolares.

Atualmente, diversas unidades escolares do município apresentam ausência total ou deficiência nos sistemas de fechamento perimetral, o que compromete a integridade física dos alunos, professores e demais servidores, além de expor o patrimônio público a riscos de depredação, furtos e invasões indevidas. Tal situação também dificulta o controle de entrada e saída de pessoas, especialmente durante o horário escolar, aumentando a vulnerabilidade das instituições.

A implantação de cercamento adequado contribuirá para a delimitação clara dos espaços escolares, promovendo um ambiente mais seguro e controlado, em conformidade com as diretrizes de segurança institucional e proteção ao patrimônio público. Além disso, a medida visa proporcionar maior tranquilidade à comunidade escolar e aos responsáveis pelos alunos, fortalecendo a confiança na estrutura oferecida pelo município.

Destaca-se ainda que o cercamento é uma solução consolidada, de caráter preventivo, com impacto direto na redução de ocorrências de vandalismo e acessos não autorizados, bem como na melhoria das condições de uso e conservação das instalações escolares.

Dessa forma, a contratação dos serviços de fornecimento e execução de cercamento se justifica como medida essencial para assegurar condições adequadas de segurança, funcionamento e preservação dos espaços destinados à educação pública municipal.



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3. Área requisitante

Perímetro total: 362,00m.

Responsável legal do município: Juliane Maria Bender – Prefeita Municipal.

Responsáveis técnicos do município: Henrique Max Kerber – Engenheiro Civil.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dentre os requisitos necessários ao atendimento da necessidade, podemos considerar:

- Definição das ações a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, prazo de execução com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, de acordo com as determinações dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Previsão de obrigações das partes, posteriormente dispostas no edital e minuta de contrato do processo de contratação.
- Previsão de vedação de subcontratação total dos serviços objeto, exceto de parte, nos casos expressamente autorizados pela fiscalização.
- Avaliação de exigência da garantia da contratação, conforme previsto no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- A contratada deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de execução junto ao respectivo conselho profissional. Até a primeira medição, a contratada ficará obrigada a apresentar matrícula CNO – Cadastro Nacional de Obras e após a emissão do Termo de Recebimento pelo contratante, fica a contratada obrigada a apresentar, em até 10 (dez) dias, a CND – Certidão Negativa de Débitos.
- O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, ocorrendo sempre após o recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo setor de engenharia do Município, através de responsável devidamente designado.
- Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas,



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.

- Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço.
- A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra.
- A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6.
- A execução dos serviços não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta.
- A vistoria do local dos serviços não será obrigatória, mas sim opcional. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- A contratada deverá ser obrigada a apresentar o planejamento de obra de acordo com o cronograma físico-financeiro e cumpri-lo fielmente.
- A contratada deverá providenciar a plotagem de uma via do projeto e garantir que esta permaneça disponível no local da obra durante toda a execução, juntamente com a ART de execução do serviço.
- A qualificação técnica a ser exigida será composta no mínimo pelos seguintes documentos:
 - Prova de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s).
 - Comprovação de qualificação técnico-profissional, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de serviço com



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional.

- Comprovação de qualificação técnico-operacional, através da apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução pela empresa licitante de obras compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

5. Levantamento de Mercado

A estimativa de preços foi elaborada com base no SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

O Valor de Referência Total Global Geral é de R\$ 129.644,27 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos), conforme planilha orçamentária, em anexo.

6. Descrição da solução como um todo

No sentido de descrição da solução como um todo, a solução proposta abrange a prestação do serviço em áreas no entorno de construção civil, que compreendem a realização das seguintes atividades:

A) No que se refere à execução dos serviços e encargos de pessoas:

- Fornecimento de todo material necessário;
- Frete se necessário, incluindo remoção, carga, transporte e descarregamento dos materiais;
- Ferramentas necessárias para execução e construção;
- Mão de obra especializada;
- Transporte local de materiais e de pessoal até as frentes de serviços;
- Fornecimento e uso dos equipamentos necessários para execução dos serviços, dos EPCs (equipamentos de proteção coletiva) e dos EPIs (equipamentos de proteção individual);
- Custos operacionais necessários;



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- Encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e- quaisquer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento dos bens e serviços a serem prestados pela contratada.

B) No que se refere ao preparo da área:

- Demolições e Remoções, deverão ser seguidas de limpeza e retirada de entulho no local da obra.

C) No que se refere à execução das obras:

Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade e novos, nunca utilizados anteriormente. Caso a fiscalização julgue necessário, pode exigir os certificados que comprovem a sua especificação e procedência.

Será obrigatório a execução dos serviços seguindo as especificações mínimas apresentadas pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas e as normas de segurança para trabalho em altura.

A contratada deverá fazer uma completa e cuidadosa verificação do posicionamento de elementos, tais como, locação, nível, prumo e alinhamento de todos os elementos estruturais e não estruturais, sobre o qual as edificações e elementos construtivos serão montadas, locados e alinhamentos de todos os pontos referentes à perfeita execução dos serviços afim de não gerar imperfeições nas estruturas.

Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança travas quedas deverão estar acoplados, através de cordas, as terças ou ganchos vinculados à estrutura.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para atendimento da necessidade das obras de Cercamentos das Escolas Municipais, faz-se necessária a contratação de obras e serviços de engenharia, conforme os quantitativos discriminados em planilhas de custos, em anexo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da presente contratação é de R\$ 129.644,27 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos), conforme planilha orçamentária, em anexo.



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Execução dos Serviços de Engenharia demanda atividades que se complementam, não sendo, portanto, tecnicamente viável sua divisão. Logo, a contratação única gera maior potencial de ganho de economia de escala, e ainda facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, que se complementam ao longo da execução do contrato, sendo incompatível com o bom andamento do contrato a divisão do objeto.

Não há como se vislumbrar possibilidades de parcelamentos, já que o objeto como um todo não pode ser divisível, pois nessa condição não se mostra atrativo, vantajoso e econômico. A divisibilidade dos serviços formalizados em contratos com empresas distintas traria perda da economia de escala, desvantagem à Administração e, portanto, seria tecnicamente inviável. Além do que inviabilizaria a logística dos materiais de construção. Diante disso, não haverá o parcelamento da solução.

Na presente demanda, a contratação se dará pelo menor preço global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação da presente demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto desta contratação está alinhado ao planejamento do INMA, conforme já demonstrado no Documento de Formalização da Demanda, portanto, não apresenta a possibilidade da ocorrência de impactos ambientais. Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente.

12. Resultados Pretendidos

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município.



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13. Providências a serem Adotadas

Considerando a natureza do objeto para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito administração.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O art. 45 da Lei nº 14.133/21 determina que os serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços contratados, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelo serviço contratado.

Na mesma acepção, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, etc., comumente chamados de entulhos, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Diante disso, na execução do serviço deverá a contratante e a contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução do serviço.

15. Declaração de Viabilidade



Município de São José do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Com base nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, conclui-se pela viabilidade da contratação para o fim de atender a necessidade pretendida.

16. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, consideramos viável e necessária à contratação, nos termos aqui presentes.

17. Enquadramento dos Serviços de Engenharia

- (x) Serviços Comuns
() Serviços Especiais

São José do Sul, 29 de abril de 2026.

Henrique Max Kerber

Engenheiro Civil – CREA/RS 259.302

Responsável Técnico do Município de São José do Sul/RS

Veridiana Mallmann Azeredo

Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Juliane Maria Bender

Prefeita Municipal